



PREFEITURA

**NITERÓI**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## **PADRÃO DE RESPOSTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL/CIVIL**

### **QUESTÃO 1**

1) Após meticulosa auditoria levada a cabo pela Prefeitura do Município, para fins de determinação de quais servidores e aposentados recebiam remunerações e proventos acima do teto remuneratório constitucional, o Presidente da autarquia previdenciária municipal determinou, após regular processo administrativo, que se procedesse o "abate teto" de grupo de dez servidores aposentados, cujos proventos percebidos estavam muito acima do subsídio do Prefeito fixado em recente Lei Municipal.

Passados noventa dias do corte, este grupo de servidores impetra mandado de segurança alegando que possuem o direito líquido e certo de perceber proventos acima do teto constitucional municipal, visto que, em 2006, quando servidores da ativa, foram beneficiados por sentença transitada em julgado que declarou a nulidade de decreto municipal que fixara o subsídio do Prefeito à época e o dever de adequação da remuneração dos demais servidores a este patamar. Pautados neste argumento, pedem a cassação do ato do Presidente da autarquia previdenciária e o ressarcimento de todas as verbas descontadas indevidamente - desde a prática do ato - por meio de inclusão destes valores em folha suplementar.

Ante os fatos expostos, e considerando que a Procuradoria Geral do Município celebrou convênio com a autarquia para elaboração da impugnação ao mandado de segurança, indique os argumentos de defesa a serem suscitados para se requerer a denegação da ordem de segurança.

### **GABARITO – PADRÃO DE RESPOSTA**

O candidato deverá abordar os seguintes aspectos:

**1) Inadequação da via eleita - Uso do Mandado de Segurança para cobrança de dívida pretérita (10 pts)**

O candidato deverá indicar que mandado de segurança não produz efeito patrimonial em relação a períodos pretéritos tampouco é sucedâneo de ação de cobrança.

**Precedentes: Súmulas 269 e 271 STF.**

**2) Ausência de violação à coisa julgada (15 pts)**



PREFEITURA

**NITERÓI**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O candidato deverá indicar que a coisa julgada em relação jurídica continuativa está sujeita à cláusula *rebus sic stantibus*. Uma vez alterado os pressupostos fáticos e jurídicos considerados no momento da prolação da sentença evocada como parâmetro (o fundamento do novo corte é lei municipal superveniente e houve alteração no vínculo funcional) esta carecerá de eficácia temporal.

**Precedentes: RE 596663 RG/RJ e MS 25430/DF.**

**3) Possibilidade de redução dos valores percebidos extrateto (5 pts)**

A incidência da garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos pressupõe que o padrão remuneratório esteja dentro do limite máximo pré-definido pela Constituição Federal (art.37, XI, CF).

**Precedentes: RE 609381 RG/GO e RE 606358 RG/SP**

**3) Observância do art.100 da Constituição Federal - regime de precatórios (10 pts)**

O candidato deve indicar que mesmo as dívidas vincendas estão sujeitas ao regime de precatórios, sendo vedada a inclusão em folha suplementar.

**Precedentes: RE 889173 RG/MS e REsp 1522973/MG**

**4) Coesão e coerência dos argumentos (5 pts)**

**5) Correção linguística (5 pts)**



PREFEITURA

**NITERÓI**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## **PADRÃO DE RESPOSTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL/CIVIL**

### **QUESTÃO 2**

João e Maria ocupam desde 1990 um apartamento abandonado, que foi construído por construtora particular com financiamento pela Caixa Econômica Federal (CEF). Em 2015, tendo em vista o tempo de posse mansa e pacífica, bem como a funcionalização do bem, inclusive com pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o bem, ajuízam ação de usucapião. Citada, a Construtora e a Caixa Econômica Federal afirmam a impossibilidade de tal pedido, sob alegação que o imóvel foi financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), mediante utilização de recursos do FGTS. Após a regular instrução processual, o feito foi encaminhado para sentença.

Nesse contexto, responda:

- a) Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como deve ser decidida a questão?
- b) Acerca dos bens públicos, exponha, brevemente, as principais características de tais bens, bem como classifique-os quanto à destinação.

### **GABARITO – PADRÃO DE RESPOSTA**

O candidato deverá abordar os seguintes aspectos:

#### **6) Resumo do ponto – item a – 20 (vinte) pontos**

Espera-se que o candidato aborde a questão da utilização de recursos públicos (SFH), independente da natureza originária do bem, se público ou privado, vindo a concluir pela impossibilidade de usucapião, haja vista o entendimento do STJ acerca da natureza de bem público. Precedente: Resp 16331446/AL – Ministra Nancy Andriighi. Julgamento em 12/12/2017.

#### **7) Resumo do ponto – item b – 20 (vinte) pontos**

Espera-se que o candidato saiba realizar a diferenciação entre bem público de uso comum, especial e dominical. Artigos 98/99 do Código Civil (10 pontos). Quanto às características, espera-se que discorra sobre a impenhorabilidade, inalienabilidade, imprescritibilidade e não onerabilidade.



PREFEITURA

**NITERÓI**

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 8) Coesão e coerência dos argumentos (3 pontos em cada item. Total de 6)
- 9) Correção linguística (2 pontos em cada item. Total de 4)